

**FORMAÇÃO CONTINUADA NUMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
“APOSTILADA”: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

Ana Paula Mendes Da Silva, Damaris Caroline Quevedo De Melo, Daniela Amaral, Mariana Padovan Farah Soares, Mayara Faria Miralha, Silvio Cesar Nunes Militao

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

O presente trabalho, vinculado a uma pesquisa de âmbito maior que teve por objetivo precípua identificar e analisar a concepção de professores e equipe gestora de uma determinada unidade escolar acerca da adoção e implementação de sistema apostilado privado numa rede municipal de ensino do interior paulista, a fim de desvelar suas razões, características e seus desdobramentos, ocupa-se, especificamente, dos dados relativos à percepção dos profissionais do magistério sobre as ações de formação continuada realizadas no contexto de “apostilamento” do ensino fundamental municipal, tendo em vista sua análise e discussão. Realizado de 2012 a 2013, o estudo se valeu dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre a temática e realização de entrevistas semiestruturadas com doze sujeitos. Inicialmente, os resultados da pesquisa realizada demonstraram que a adoção de sistema apostilado no município foi motivada pela precariedade/falta de experiência municipal para responder às novas e crescentes demandas educacionais assumidas e ocorreu à revelia da opinião/anuência dos profissionais do magistério. Na sequência, o estudo revela a forte insatisfação dos sujeitos da pesquisa com as ações de formação continuada empreendidas pela empresa privada contratada para fornecer produtos e serviços ao município-cliente. Por fim, conclui-se que a formação continuada dos profissionais do magistério no município pesquisado caminha na contramão do que há tempos vem sendo recomendado pela literatura especializada. Palavras-chave: Formação continuada. Ensino fundamental municipal. Sistema apostilado de ensino privado.

FORMAÇÃO CONTINUADA NUMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “APOSTILADA”: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO.

Ana Paula Mendes da Silva; Silvio Cesar Nunes Militão; Mariana Padovan Farah Soares; Damaris Caroline Quevedo de Melo; Daniela Amaral; Mayara Faria Miralha. Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. FAPESP. CNPq.

1 INTRODUÇÃO

As políticas/reformas educacionais formuladas/implementadas a partir dos anos 1990, alinhadas aos pressupostos neoliberais e marcadamente pautadas nas “orientações” do Banco Mundial, impeliram fortemente os municípios a se responsabilizarem pela prestação educacional, notadamente do ensino fundamental.

No plano federal a implementação de um abrangente programa de descentralização das políticas públicas sociais desde os anos 1990, que passou a transferir para os níveis subnacionais de governo grande parte das suas funções de gestão/financiamento como expressão clara da reordenação/limitação do raio de ação do Estado neste campo, teve no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) a sua materialização maior na área educacional. Embora o FUNDEF tenha tido um impacto importante para a (quase) universalização do ensino fundamental, mesmo que para tal tenha gerado vários “efeitos colaterais”, os especialistas da temática revelam que seu principal efeito foi o de induzir a um acelerado, generalizado e precipitado processo de municipalização desta etapa escolar no país.

Em função da histórica preponderância da rede estadual paulista na cobertura do ensino fundamental, formato diverso do instituído na maioria das outras unidades da Federação onde a participação municipal era próxima, igual ou até mesmo superior a do Estado na oferta de tal nível de ensino, São Paulo passou a assistir “[...] a um dos mais radicais (senão o mais!) e abruptos processos de municipalização já vivenciados no Brasil” (OLIVEIRA, 2004, p. 10), fruto do efeito combinado do advento do FUNDEF e da política/ação municipalista do governo paulista.

Em face do referido processo, as municipalidades paulistas criam/ampliam seus sistemas/redes de ensino com a incorporação do ensino

fundamental, passando assim a ter atribuições e responsabilidades não experienciadas anteriormente.

Carentes de estruturas materiais, físicas, humanas, financeiras, administrativas e pedagógicas para implantar políticas educacionais e dar continuidade a elas, sem experiência/preparo para gerir o ensino fundamental e sem contar com a devida assistência por parte do governo estadual para materializar a municipalização, os municípios paulistas passaram a buscar, cada vez mais, alternativas/apoio no setor privado para o atendimento das novas e crescentes demandas educacionais assumidas (ARELARO, 2007; OLIVEIRA et al, 2006).

Na perspectiva de alguns pesquisadores (ARELARO, 2007; ADRIÃO et al, 2009; CAIN, 2009), o contemporâneo, abrupto e turbulento processo de municipalização do ensino fundamental em curso no Estado de São Paulo acabou impulsionando o estabelecimento de diversas parcerias educacionais entre as prefeituras paulistas e a esfera privada, sendo a aquisição dos chamados “sistemas apostilados de ensino” a mais frequente delas.

Ao analisarem a tendência de crescimento das parcerias entre as prefeituras paulistas e as empresas educacionais (Anglo, COC, Objetivo, Positivo, entre outras) para a aquisição de sistemas apostilados de ensino, Adrião et al (2009) revelam que 161 (25%) dos 645 municípios de São Paulo já haviam “apostilado” suas redes de educação infantil e/ou ensino fundamental até o ano de 2007. Destes, 150 (93,2%) eram municípios com até 50 mil habitantes.¹

Segundo as autoras supracitadas (2009, p. 805), trata-se, na maioria, de “municípios de pequeno porte que, na década de 1990, assumiram responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório de ensino, para as quais, provavelmente não estavam preparados”.

Tendência crescente no território paulista, notadamente a partir de meados dos anos 2000, o “apostilamento” dos sistemas/redes municipais de ensino já é uma realidade também na Região Administrativa de Presidente Prudente (RAPP), onde sete (ou 13,2%) dos seus 53 municípios mantêm parceria público-privada na modalidade compra de sistema apostilado de ensino.

Pertencente à RAPP e autônomo para decidir sobre os rumos da educação sob sua responsabilidade, o município pesquisado² optou em 2005 pela adoção de sistema apostilado de ensino privado para o conjunto de suas

escolas municipais de ensino fundamental, o que se mantém até os dias atuais.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo precípua identificar e analisar a percepção de professores e equipe gestora de uma determinada unidade escolar sobre as ações de formação continuada realizadas no contexto de “apostilamento” de uma rede municipal de ensino fundamental do interior paulista.

3 METODOLOGIA

Cumprido esclarecer, inicialmente, que o município pesquisado foi eleito *locus* da pesquisa empírica por ser integrante da RAPP, ter municipalizado todo o ensino fundamental (ciclos I e II) e por ter adotado para a sua rede sistema apostilado de ensino privado, constituindo-se assim num campo rico, concreto e viável para a coleta de dados.

De natureza qualitativa, a investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com fontes-chave de informação.

Finalizada a pesquisa bibliográfica, necessária à construção do referencial teórico do trabalho, procedemos à realização das entrevistas com os profissionais do magistério, em função da participação/envolvimento que tiveram/têm na implementação e na utilização do sistema apostilado de ensino adotado pela administração municipal, bem como por serem os profissionais da área que mais diretamente sofrem os impactos/decorrências de tal decisão municipal. Assim, foram entrevistados 8 professores do ensino fundamental (4 do ciclo I e 4 do ciclo II) e 3 membros da equipe gestora (1 diretora e 2 coordenadoras pedagógicas) de uma determinada escola³ municipal. Foi entrevistada, ainda, a Dirigente Municipal de Educação, por sua posição estratégica e pela influência que exerce – direta e indiretamente – na definição dos rumos da educação em âmbito local. Assim, ao todo, foram realizadas entrevistas (devidamente transcritas) com 12 sujeitos.⁴

Após a coleta e sistematização dos dados julgados necessários, a interpretação e análise final dos mesmos foram feitas à luz do referencial teórico norteador da pesquisa e com base na análise de conteúdo (FRANCO, 2008).

4 RESULTADOS/DISCUSSÃO

4.1 Conhecendo o município integrante da pesquisa

O município pesquisado foi fundado em 1944, está localizado no extremo oeste do Estado, a 576 km da capital paulista e a 13 km de Presidente Prudente (município sede da RAPP), tem 346 km² de extensão territorial, possui uma população de 23.596 habitantes e a agropecuária é a sua atividade econômica principal (SEADE, 2012).

Tal município não ficou imune aos efeitos/desdobramentos no plano local das contemporâneas políticas/reformas educacionais, particularmente no que se refere à indução a municipalização do EF. Sem qualquer participação na oferta de matrículas do EF na época de criação do FUNDEF, o município pesquisado “perderia” recursos para o Fundo caso mantivesse tal posição.

Diante de tal cenário, o município pesquisado decidiu (motivação claramente economicista) aderir ao contemporâneo processo de municipalização do EF. Assim, em 1997 o município pesquisado passa a ter uma participação considerável na cobertura do EF (49,5% contra 50,5% da rede estadual), ao assumir todo o atendimento das séries/anos iniciais. Não obstante a expressiva municipalização do EF, até 2004 também prevaleceu no município pesquisado a tendência de avançar apenas na municipalização do ciclo I e deixar a oferta do ciclo II sob a responsabilidade estadual.

A partir de 2005 a taxa de participação municipal teve considerável elevação (81,9% contra 18,1% da estadual), em virtude da municipalização das séries/anos finais. Após compartilhar tal atendimento com a rede estadual até 2008, no ano de 2009 o município pesquisado tornou-se responsável pela cobertura completa do EF (ciclos I e II), ficando a rede estadual responsável tão somente pela oferta do ensino médio.

No ano de 2005, também, o município decidiu pela adoção de sistema apostilado de ensino privado para o conjunto de suas escolas de ensino fundamental, o que se mantém até os dias atuais. A partir da literatura especializada, pode-se inferir, então, que o município pesquisado, quando se vê diante da nova e crescente responsabilidade educacional assumida (municipalização do ciclo II, cuja gestão é sabidamente mais complexa/difícil),

para a qual não tinha devido preparo/experiência, passa a buscar “soluções rápidas e prontas” no “apostilamento”.

4.2 Sistema apostilado de ensino no município pesquisado e as ações de formação continuada: a percepção dos profissionais do magistério

A maioria dos doze sujeitos (9 ou 75,0%) afirmou desconhecer quando ocorreu a adoção do sistema apostilado de ensino pelo município pesquisado, como exemplifica o seguinte depoimento: “Não, eu não sei quando” (ENTREVISTADO D, 2012). Apenas três (ou 25%) depoentes revelaram saber que o “apostilamento” ocorreu na gestão municipal 2005-2008, mantendo-se em curso na gestão seguinte (2009-2012).

O quadro 1 registra as respostas dos entrevistados sobre a(s) razão(ões) que levou(aram) o município pesquisado a adotar sistema apostilado de ensino para o conjunto da suas escolas municipais de ensino fundamental.

1-Por que o município resolveu adotar sistema apostilado de ensino nas suas escolas municipais?		
Categorias	Freq.	%
Não sabe opinar, ingressou após o apostilamento	4	23,4
Para padronizar os currículos/conteúdos escolares	2	11,8
Pelos cursos de formação para os professores	2	11,8
Não respondeu	2	11,8
Pela insuficiência de livros didáticos para todos os alunos	1	5,9
Por ser melhor que o livro didático	1	5,9
Para reduzir o tempo de utilização da lousa	1	5,9
Para facilitar o trabalho pedagógico	1	5,9
Por ser um sistema excelente, usado na rede privada	1	5,9
Para o município receber assessoria pedagógica	1	5,9
Não foi informado	1	5,9
TOTAL	17	100,0

Fonte: Pesquisa realizada.

Quando indagados sobre o porquê do município resolver adotar sistema apostilado de ensino nas suas escolas municipais, a maioria (4 ou 23,4%) dos profissionais do magistério também relatou desconhecer sua(s) razão(ões), conforme ilustra a fala a seguir: “Não sei” (ENTREVISTADO L, 2012). Outros dois (ou 11,8%) entrevistados apontaram como razão do “apostilamento” das escolas municipais de ensino fundamental a

padronização dos currículos/conteúdos escolares de toda a rede, como demonstra o seguinte relato: “Para unificar o ensino, para que as escolas tivessem a mesma grade curricular” (ENTREVISTADO F, 2012).

Se por um lado a adoção do sistema apostilado de ensino pode proporcionar uma padronização/homogeneização (currículos, projetos pedagógicos, práticas docentes, condutas, rotinas) das escolas de toda rede municipal – desejo de muitos dirigentes municipais de educação – e gerar uma suposta melhoria da qualidade; por outro, retira das unidades escolares e dos professores a autonomia para organizarem o trabalho pedagógico e as suas práticas a partir das necessidades locais e/ou iniciativas próprias, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) em vigor (ADRIÃO et al, 2009).

A oferta de cursos de formação para os professores também foi uma razão apontada por dois depoentes (11,8%) para a adoção de sistema apostilado privado de ensino, o que denota as fragilidades/dificuldades dos municípios, sobretudo os de pequeno porte, para promover a formação continuada dos seus profissionais da educação.

Tais fragilidades/dificuldades foram comprovadas por Rodrigues (2008) que, ao investigar o processo de municipalização do ensino fundamental em 10 municípios jurisdicionados à Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto, constatou que a grande maioria deles não elaborou uma política própria voltada para a formação continuada dos seus professores, tendo sido transferida essa responsabilidade para empresas privadas de sistemas de ensino apostilados.

As entrevistas realizadas demonstram que somente um (ou 8,3%) dos sujeitos participou de discussões/debates a respeito da adoção de sistema apostilado de ensino pelo município. O espantoso e inexpressivo percentual supracitado possibilita inferir que na municipalidade em estudo, assim como na maioria dos municípios que “apostilaram” o ensino fundamental, a opção por tal adoção é uma decisão praticamente exclusiva do Executivo, não contando com a participação/anuência dos profissionais do magistério, como indicado na sequência: “Que eu saiba os professores não participaram dessa decisão, tanto que houve algumas reclamações por não terem participado, [...] nós tivemos que aceitar” (ENTREVISTADO L, 2012).

Indagados sobre se são contra ou a favor da adoção de sistema apostilado de ensino no município pesquisado, a maioria (7 ou 58,4%) dos entrevistados se declarou favorável. Destes, porém, dois manifestaram-se

favorável condicionado à existência de autonomia docente, como expresso no seguinte trecho: “Eu gosto desde que eu tenha autonomia para trabalhar, pois a gente se prende ao ter que cumprir o tempo da apostila e isso é ruim, pois nem sempre o tempo dos alunos é o tempo que está proposto pela apostila” (ENTREVISTADO A, 2012). Sem dúvida, tais profissionais do magistério tem a consciência de que os sistemas apostilados de ensino, ao determinar conteúdos, tempos de trabalho, rotinas e metodologias de ensino e a avaliação, acabam por “engessar” o professor, restringindo seriamente sua autonomia de conceber/realizar sua prática pedagógica e retirando o próprio sentido do seu trabalho/papel (ADRIÃO, et al, 2009; CAÇÃO, 2011).

Além de um (8,3%) indeciso, 4 (33,3%) profissionais do magistério afirmaram serem contrários a adoção de sistema apostilado de ensino, conforme ilustrado: “Eu acho que não tem benefício, nós ficamos engessados naquilo. Você tem que trabalhar aquilo e se der tempo você traz alguma coisa diferente. É diferente de eu trabalhar meu próprio conteúdo, eu faria o planejamento do que eu iria trabalhar no primeiro bimestre, segundo bimestre, terceiro bimestre” (ENTREVISTADO G, 2012).

Pelo quadro 2, é possível notar que no município pesquisado os materiais/serviços fornecidos/prestados pela empresa A⁵ não diferem daqueles obtidos por outras cidades que também optaram pelo “apostilamento” de suas redes de ensino fundamental.

2-Que materiais/serviços o sistema apostilado de ensino fornece/presta em Álvares Machado?		
Categorias	Freq.	%
Cursos de capacitação/formação semestrais para professores/gestores	9	32,1
Apostilas bimestrais para professores e alunos	6	21,4
Site/portal para pesquisar/tirar dúvidas	6	21,4
Assistência via e-mail ao professor	2	7,1
Sistema de avaliação externa	1	3,6
Agendas	1	3,6
Apostila com fraco conteúdo	1	3,6
Os serviços prestados são insuficientes	1	3,6
Não há material para a educação especial	1	3,6
TOTAL	28	100,0

Fonte: Pesquisa realizada.

Em síntese, segundo os depoentes, a empresa A disponibiliza para o conjunto das escolas municipais a seguinte “cesta” de produtos/serviços educacionais: cursos/formação para professores e gestores, material didático para alunos e professores, acompanhamento das atividades docentes via internet e sistemática de avaliação.

Cumprir destacar que, frente às dificuldades de buscar/custear sua formação continuada por conta própria, parte dos profissionais do magistério vê os cursos/formação para professores e gestores como uma importante vantagem trazida pela adoção do sistema apostilado de ensino privado pelo município pesquisado.

Os participantes da pesquisa, majoritariamente (11 ou 91,7%), apontaram que a empresa A atua na formação continuada dos professores municipais, por meio da oferta de cursos/oficinas de “capacitação”, terminologia, aliás, que evidencia a vigência/predominância do tão combatido modelo clássico de formação continuada.

A partir dos depoimentos coletados pela pesquisa (quadro 3), depreende-se que a maioria (11 ou 68,75%) dos profissionais do magistério classifica como insatisfatória a formação continuada de professores promovida pela empresa A que, na visão dos sujeitos da pesquisa, é insuficiente, desinteressante, descontextualizada e não considera os saberes, práticas e necessidades formativas dos educadores.

3-É satisfatória?		
Categorias	Freq.	%
Sim	5	31,25
Não, os cursos são insuficientes	3	18,75
Não, os cursos são desinteressantes/repetitivos	3	18,75
Não, os cursos não partem/são distantes da realidade escolar	2	12,50
Não, pois se restringe a como usar o material apostilado	2	12,50
Não, trata-se mais de uma capacitação	1	6,25
TOTAL	16	100,0

Fonte: Pesquisa realizada.

Sobre tal insatisfação, a fala do Entrevistado L (2012) é emblemática:

Mas é o que eu estava reclamando das oficinas, que são repetitivas. Elas não trazem algumas novidades que a gente gostaria e não contempla o necessário. Às vezes, nós falamos que precisamos de cursos de matemática, porque

os professores estão com dificuldades para trabalhar a matemática do material, mas eles mandam algo bem vago, que não aprofunda. Tem alguns palestrantes que vêm aplicar os cursos que não sabem nem quem foram as pessoas que escreveram o material, e eles são representantes da [empresa A]. Então é bem complicado.

Na mesma direção, temos a fala do Entrevistado F (2012): “Ela ocorre por meio de cursos que são dados eventualmente, não sendo muito satisfatória, pois não temos espaço para questionar ou criticar o material que eles oferecem”.

Em contrapartida, cinco (ou 31,25%) profissionais do magistério classificou como satisfatória a formação continuada de professores promovida pela empresa A, como ilustra o trecho a seguir: “É satisfatória, melhor que o Estado que passa até um ano sem dar curso de capacitação pra gente. Então a prefeitura neste aspecto está à frente” (ENTREVISTADO B, 2012).

Claramente delegada à empresa privada, a formação continuada de professores no município contemplado pelo estudo vem ocorrendo na contramão do apontado pela literatura especializada. O acúmulo de pesquisas na área indica que o ponto de partida das ações de formação continuada deve ser aquilo que os próprios docentes apontam como suas necessidades de formação.

Ao centrar-se na escola – local de trabalho (coletivo) dos professores – e levar em conta/valorizar as experiências/saberes e o contexto de atuação docente, a formação continuada pode exercer “maior influência sobre mudanças complexas de comportamento e de atitudes de professores” (MARIN, 1998, p. 150), propiciando-lhe “oportunidade de refletir sistematicamente sobre sua própria ação profissional, de se autoconhecer nas suas potencialidades e nos seus limites, de se formar em colaboração com os outros professores, seus colegas” (ALARCÃO, 1998, p. 115).

Sem dúvida, para ser efetiva, a formação continuada de professores não deve se resumir a encontros/cursos/treinamentos intensivos, rápidos e esporádicos, desvinculados do contexto de trabalho docente.

Nesse sentido, urge suplantar o modelo clássico/reinante de formação continuada que, empacotada, massificada, produzida à distância das salas de aula e do cotidiano das escolas, com forte dicotomia entre teoria e prática, teima em “[...] considerar o(a) professor(a) como mero(a) executor(a) de propostas e programas elaborados por outrem” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 47) e desprezar seu papel de agente da sua própria formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abrupto e generalizado processo de municipalização do ensino fundamental, deflagrado no Estado de São Paulo em meados da década de 1990, impeliu os municípios paulistas a buscarem, cada vez mais, apoio na esfera privada para levar a cabo suas novas – e crescentes – responsabilidades educacionais.

Não fugindo a tal tendência, o município pesquisado, num quadro de despreparo técnico/falta de experiência para responder aos desafios que a oferta do ensino fundamental impõe, optou pela adoção dos sistemas apostilados privados para o conjunto de suas escolas de ensino fundamental.

Tal qual o encontrado por outros estudos da mesma natureza, os resultados da pesquisa empreendida demonstraram que a adoção de sistema apostilado de ensino privado no município em estudo foi uma decisão muito mais do Executivo do que técnico-pedagógica, tomada sem a devida participação/anuência dos profissionais do magistério.

Os resultados da pesquisa demonstraram, principalmente, que o município em estudo não elaborou uma política própria voltada para a formação continuada dos seus profissionais da educação, tendo delegado tal responsabilidade para a empresa privada de “apostilamento”.

Entretanto, reconhecendo-se como agentes de sua própria formação, os sujeitos da pesquisa, majoritariamente, mostraram-se clara e fortemente insatisfeitos com o modelo de formação continuada em curso no município pesquisado, o que evidencia a urgência da sua superação na direção do que a literatura especializada há tempos recomenda.

6 REFERENCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n.108, p. 799-818, out. 2009.

ALARCÃO, I. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1998. P. 99-122.

ARELARO, L. R. G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p. 899-919, out. 2007.

CAÇÃO, M. I. **São Paulo faz escola?** Da alienação do trabalho docente. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em <www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05c_t004.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

CAIN, A. A. **O atendimento ao ensino fundamental:** análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de sistemas de ensino. Rio Claro, 2009. 271f. Dissertação (Mestrado em Educação) – IB de Rio Claro, UNESP.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília: Líber livro, 2008.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

MARIN, A. J. Desenvolvimento profissional docente: início de um processo centrado na escola. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério.** Campinas: Papyrus, 1998. P. 99-122

OLIVEIRA, R. P. FUNDEF: uma análise preliminar. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática,** Rio Claro, vol. 12, n. 22, p. 5-11, jan./jun. 2004.

OLIVEIRA, C. et al. **Conselhos Municipais de Educação:** um estudo na região metropolitana de Campinas. Campinas, SP: Alínea, 2006.

RODRIGUES, A. **O processo de municipalização do primeiro segmento do Ensino Fundamental em municípios que fazem parte da jurisdição da Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto:** currículo e formação continuada. Ribeirão Preto, 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda.

SEADE. **Perfil Municipal.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

¹ Segundo recente pesquisa realizada pela Fundação Lehman, praticamente um terço dos municípios paulistas contam atualmente com sistemas apostilados de ensino privados.

² Para preservar o nome do município, respeitando o sigilo acordado quando da realização da pesquisa, emprega-se neste estudo a terminologia “município pesquisado”.

³ A unidade escolar foi aleatoriamente selecionada para o presente estudo.

⁴ Por questão ética, os nomes dos 12 sujeitos foram mantidos em sigilo e a nomeação dos mesmos, neste estudo, ocorre mediante o emprego de letras do alfabeto (de A a M).

⁵ Neste estudo, também se considerou pertinente preservar o nome da empresa contratada para o “apostilamento” da rede municipal de ensino fundamental, a qual é identificada pela terminologia “empresa A”.